

Votação do Orçamento tem novas regras

O Congresso Nacional aprovou ontem à noite o substitutivo do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) à Resolução nº 4, que modifica o processo de funcionamento da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

As modificações mais importantes em relação às regras adotadas em 1994 são a redução de 50 para 20 no número de emendas individuais por parlamentar, e a determinação de que as emendas de bancadas estaduais só poderão ser aprovadas por três quartos dos seus membros, cada uma delas podendo apresentar até dez emendas.

O projeto foi elaborado por um grupo parlamentar misto informal encarregado de fazer sugestões à Comissão de Orçamento. Foram designados pelo presidente José Sarney para fazer parte do grupo os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), José Fogaça (PMDB-RS), Gilberto Miranda (PMDB-AM), Beni Veras (PSDB-CE), João Rocha (PFL-TO), Esperidião Amin (PPR-SC) e Roberto Freire (PPS-PE).

Dívidas estaduais causam convocação de dois ministros

A convocação dos ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, José Serra, foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos. Eles deverão debater com os senadores, no dia 3 de outubro, o problema do endividamento dos estados. A Comissão decidiu também estabelecer uma ampla agenda de discussões com autoridades federais e estaduais sobre o projeto
Sivam. **Página 2**

Projeto de patentes é aprovado em Comissão

Há ainda 140 destaques a serem votados pela CAE, que marca nova reunião na próxima terça-feira para reiniciar deliberações

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado iniciou ontem a votação do projeto de Lei de Patentes, com a aprovação do parecer do relator, senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), que ofereceu um substitutivo à proposição. A apreciação de cada um dos quase 140 pedidos de destaques para votação em separado de emendas ao texto do relator, no entanto, ficou marcada para nova reunião da comissão, na terça-feira (dia 19).

Em seu parecer, Bezerra acolheu a proposta do *pipeline* e admitiu reconhecer microorganismos, estabelecendo um entendimento distinto do relatório do senador Ney Suassuna (PMDB-



Fernando Bezerra



Ney Suassuna

PB) aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O *pipeline* é um reconhecimento retroativo de direitos sobre patentes já conhecidas, mas cujos produtos ainda não tenham sido colocados em qual-

quer mercado mundial.

O substitutivo motivou intervenções dos senadores Roberto Requião (PMDB-PR), Osmar Dias (PSDB-PR), Ney Suassuna (PMDB-PB), Geraldo Melo (PSDB-RN), Sérgio Machado (PSDB-CE), José Eduardo Dutra (PT-SE), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Lauro Campos (PT-DF), sendo a polêmica em torno do *pipeline* e dos microorganismos a tônica das discussões com o relator.

Simon cobra definição ética do governo

Quem define a linha do governo?, perguntou ontem o senador Pedro Simon (PMDB-RS) diante do caso envolvendo o presidente dos Correios, Henrique Hargreaves, e da afirmação do presidente Fernando Henrique Cardoso de que o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, é quem resolverá o que fazer. "Quem tem que tomar a decisão é o presidente. Trata-se de uma política de governo. Pode ou não pode ter escritório de assessoria e cargo no governo?", questionou o senador.



Pedro Simon

Outros casos foram lembrados por Simon, como o de Milton Dallari, em que o presidente também deixou a solução a cargo do ministro da Fazenda, Pedro Malan; o de Jorge Vítor Rodrigues, funcionário da Receita Federal que se encontra lotado no gabinete de um deputado federal, onde presta assessoria sobre como não pagar impostos de renda; e o de Carlos Marcial, subchefe da Casa Civil, que presta assessoria para empresas que estão sendo processadas pelo governo.

NESTA EDIÇÃO

Ademir pede solução para verba parada

Página 3

Campanha contra Voz é condenada

Os senadores Carlos Patrocínio (PFL-TO) e Sebastião Rocha (PDT-AP) consideraram antidemocrática a campanha contra a Voz do Brasil. Ambos destacaram a motivação comercial da campanha. **Página 4**

Senadores convocam ministros para debater dívidas estaduais

Comissão de Assuntos Econômicos também aprova agenda de discussão com autoridades federais e estaduais em torno do projeto Sivam

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) aprovou ontem requerimento de convocação dos ministros da Fazenda e do Planejamento para debater com os integrantes da comissão o problema da dívida dos estados. O comparecimento de Pedro Malan e José Serra está marcado para o dia 3 de outubro, informou o senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), presidente da CAE, ao narrar gestões feitas com as autoridades em torno da questão.

Para concluir a análise do problema e preparar iniciativa legislativa visando a oferecer

alternativas para a crise financeira enfrentada pelas unidades da Federação, a comissão vai convidar os 27 governadores dos estados e do Distrito Federal para um encontro no dia 10 de outubro. A convocação dos dois ministros foi requerida pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), relator de três projetos de resolução que buscam solucionar o problema.

SIVAM

Outro requerimento igualmente aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado estabeleceu uma ampla agenda de debates

com autoridades federais e estaduais em torno da importância e adequação do projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam).

A partir do dia 20 e até o final de novembro deverão ser ouvidos sobre o assunto diversos ministros de Estado, além de autoridades estaduais e inúmeros especialistas na matéria. O objetivo declarado da CAE, destacou seu presidente, é permitir um amplo conhecimento da matéria por parte dos senadores, antes da apreciação conclusiva da proposta enviada pelo governo ao Congresso.



Carlos Wilson

Carlos Wilson anuncia retomada de obras dos Caics

O senador Carlos Wilson (PSDB-PE), presidente da Comissão Especial de Obras Inacabadas (COI), informou que o presidente Fernando Henrique Cardoso já se comprometeu a retomar as obras de Caics que estiverem interrompidas no país.

A Comissão visitou ontem, em Campo Grande, as obras de um Caic que estavam paralisadas há um ano, e foram retomadas graças a entendimentos mantidos pela Comissão junto ao ministro da Educação, Paulo Renato.

Além de Carlos Wilson e do relator, senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), participaram da visita da Comissão a Mato Grosso do Sul os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), Lúdio Coelho (PSDB-MS) e Arlindo Porto (PTB-MG). A Comissão visitou também o Hospital Geral de Campo Grande, de 12 andares, inaugurado em dezembro de 1994, e que ainda não está funcionando.

Gráfica do Senado vai imprimir publicações do Tribunal de Contas

Os presidentes do Senado, José Sarney, e do Tribunal de Contas da União (TCU), Marcos Vilela, assinam hoje, às 11h30, convênio pelo qual a impressão das publicações oficiais do Tribunal passará a ser realizada pelo Centro Gráfico do Senado Federal (Cegraf).

O convênio determina que o conteúdo e a tiragem das publicações ficarão sob a exclusiva responsabilidade do TCU, que definirá as obras a serem editadas, e que o Cegraf cobrará seus serviços de acordo com a tabela de preços de custos gráficos (TP-2), aprovada pela Comissão Di-

retora do Senado.

Na oportunidade, Sarney e Vilela assinaram também convênio de cooperação técnica entre o Serviço de Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen) e o TCU, que permitirá o acesso recíproco às bases de dados das duas instituições.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

9h - Preside Sessão Ordinária do Senado.

11h30 - Assinatura de convênio Prodasen/Cegraf-Tribunal de Contas da União.

PLENÁRIO

9h - Sessão Ordinária do Senado

Pauta: Quarto dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 39/95, que flexibiliza o monopólio estatal do petróleo.

PREVISÃO DOS TRABALHOS DA PRÓXIMA SEMANA

PLENÁRIO

Segunda-feira (dia 18.09.95)

14h30 - Sessão Ordinária do Senado

Pauta: Quinto e último dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 39/95.

COMISSÕES

Terça-feira (19.09.95)

14h - Comissão de Rádio e TV

Pauta: Exposição do procurador da República Álvaro Augusto Ribeiro Costa. Local: Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - CPI da Mineração

Pauta: Depoimento do presidente do Ibama, Raul Jungmann. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão do Vale do São Francisco

Pauta: Indefinida. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

Garantia de dívida tem pagamento antecipado

Senado aprova projeto que autoriza o governo a pagar já garantias do acordo de renegociação com os bancos credores firmado em novembro de 1992



José Agripino



Arthur da Távola

Quebra do sigilo bancário em atos internacionais

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou ontem projeto de lei de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que autoriza o governo a celebrar atos internacionais para a quebra do sigilo bancário nos casos em que haja lesão do patrimônio público.

O relator do projeto, senador José Agripino (PFL-RN), destacou em seu parecer que esta iniciativa irá tirar do manto legal protetor

do sigilo bancário a prática de atos lesivos ao interesse nacional.

Arthur da Távola (PSDB-RJ) sugeriu que a supressão do sigilo só possa ser admitida em caso de lesão comprovada do patrimônio público. A preocupação do senador carioca é garantir que a decisão não venha proporcionar perseguição política e desvirtuar o objetivo do projeto.

Foi retirado de pauta ou-

tro projeto de Pedro Simon que trata da nomeação de adidos culturais nas embaixadas do Brasil no exterior. Diante dos pontos levantados pelo relator, a comissão autorizou Arthur da Távola a manter contatos com o Itamaraty para esclarecimentos sobre o processo de escolha de adidos culturais.

Além disso, o nome do diplomata Sérgio Martins Thompson Flores foi aprovado para exercer o cargo de embaixador no Iêmen, cumulativamente com o cargo de embaixador na Arábia Saudita.

Outras matérias aprovadas referem-se à construção de uma segunda ponte sobre o rio Paraná, na fronteira do Brasil com o Paraguai; à aprovação do texto de convênio de seguridade social entre a Espanha e o Brasil, e ao acordo com a Austrália sobre o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático.

Por 44 votos favoráveis, 4 contra e 4 abstenções, o Senado aprovou no início da noite de ontem projeto de resolução que autoriza o governo a antecipar o pagamento das garantias do acordo de renegociação da dívida externa firmado com os bancos credores em novembro de 1992. Na época, o país não tinha os recursos necessários e, pelo acordo, as garantias foram parceladas em quatro vezes. O projeto autoriza a antecipação das duas últimas parcelas, num total de US\$ 572 milhões, relativas a outubro de 1995 (US\$ 277 milhões) e abril de 1996 (US\$ 295 milhões).

A matéria foi discutida por mais de duas horas pelos senadores. O líder do PMDB, Jáder Barbalho (PA) inicialmente anunciou que encaminharia a suspensão do regime de urgência para a matéria, que só chegou ao Congresso no dia 12, absteve-se e liberou sua bancada.

O relator do projeto de resolução, senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), e os senadores José Fogaça (PMDB-RS) e Wilson Kleinübing (PFL-SC) informaram que a antecipação do pagamento das garantias permite que o país utilize reservas cambiais para a aquisição de títulos de sua dívida externa no mercado internacional com deságio. A urgência, informaram ainda, devia-se à necessidade de o Brasil informar até hoje a intenção de antecipar o pagamento das garantias.

Não foi esta a opinião de Eduardo Suplicy (PT-SP) e Lauro Campos (PT-DF). Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Epitácio Cafeteira (PPR-MA) manifestaram-se favoráveis à aprovação, mas concordaram com o líder do PMDB em que a matéria exigiria mais tempo para discussão.

Aprovados acordos com a Alemanha

Quatro atos bilaterais celebrados entre os governos do Brasil e da República Federal da Alemanha em 6 de abril de 1995 foram aprovados ontem pelo Senado. Os acordos são de cooperação financeira e envolvem o montante de 80 milhões de marcos alemães. Um deles, de 68 milhões, destina-se à proteção da Mata Atlântica/Paraná, projeto inserido no Programa Piloto para a Proteção das Florestas tropicais do Brasil, negociado com o Grupo dos Sete e a Comissão das Comunidades Europeias.

Ademir pede solução para crédito suplementar

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) pediu em plenário que o presidente do Congresso, José Sarney, encontre uma solução para o crédito suplementar de R\$ 2,88 bilhões proposto pelo presidente da República, que beneficiará obras nos estados. O governo obtve esse dinheiro ao apor milhares de vetos a gastos no Orçamento. O problema surgiu porque o Congresso ainda não apreciou os vetos.

Sarney mostrou a dificuldade de votar os vetos do presidente, porque eles somam mais

de 5 mil, o que demoraria muito. Por isso, o presidente do Congresso encaminhou o assunto à Comissão Mista de Orçamento. Ademir Andrade lamentou que a exigência de se votarem primeiro os vetos para depois apreciar o crédito suplementar irá prejudicar especialmente a região amazônica, onde a época de chuvas começa no final de novembro.

"Se o dinheiro para as obras sair depois de 30 de novembro, praticamente não existem condições de se tocarem as obras", afirmou Ademir.



Antonio Carlos Magalhães

ACM cobra compromisso do governo

Não há salvação para um governo sem hierarquia, afirmou ontem o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) ao cobrar mais presteza dos ministros da Fazenda e do Planejamento na liberação dos recursos já destinados ao financiamento da lavoura cacauzeira da Bahia e ao combate à praga "vassoura de bruxa".

O senador disse que o presidente Fernando Henrique Cardoso garantiu-lhe a alocação, para este ano, de R\$ 100 milhões e de mais R\$ 300 milhões para os próximos três anos, "mas, apesar da boa vontade dos ministros e secretários, nada aconteceu".

Antonio Carlos Magalhães explicou que dois secretários desses Ministérios chegaram a assinar um contrato em Ilhéus na presença de uma multidão, o Banco do Nordeste já disponibilizou a sua parcela no contrato, mas o BNDES ainda não liberou a parte que lhe cabe.

Em aparte, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) solidarizou-se com Antonio Carlos.

Patrocínio considera antidemocrática a campanha contra Voz

Objetivos são comerciais, garante o senador; ao lembrar que rádio é concessão pública

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) considerou antidemocrática e movida por objetivos comerciais a campanha de algumas emissoras de rádio pela extinção da *Voz do Brasil*.

Segundo Carlos Patrocínio, as emissoras de rádio são concessões públicas que utilizam 23 horas por dia para comercialização. A única hora restante é fundamental principalmente para o Legis-

lativo, argumentou o senador. O Poder Executivo, na sua opinião, tem emissoras próprias de rádio e televisão e detém "fartos recursos para campanhas publicitárias".

Carlos Patrocínio disse que a cobertura das atividades parlamentares pela mídia dá preferência às informações sensacionalistas, folclóricas, humorísticas ou insólitas, em detrimento do trabalho parlamentar.



Carlos Patrocínio

Para Rocha, programa dá espaço a todas as tendências

"Não existe hoje nos meios eletrônicos de comunicação social do país programa mais democrático do que a *Voz do Brasil*". A afirmação é do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que em pronunciamento defendeu a permanência do noticiário, embora admita modificações que elevem o seu conteúdo didático.

Ao lembrar que qualquer

parlamentar, seja de direita ou de esquerda, progressista ou conservador, tem espaço na *Voz do Brasil*, o senador amapaense rebateu a campanha hoje existente no país visando a extinção do noticiário. "É claro que o objetivo mais imediato dessa campanha deve ser o de ter mais um horário nobre, por sinal - para vender aos patrocinadores", disse.

Gabinetes podem acessar script

A Secretaria de Comunicação Social informa aos senhores senadores que já se encontra disponível para todos os gabinetes o "script" diário do programa *Voz do Brasil*. Para ter acesso ao novo serviço, o micro deve estar ligado à rede local. Em caso de qualquer dúvida, o pessoal de gabinete deve contatar o gerente de contas do Prodasen.

Odacir destaca os 33 anos do Lyons

Os 33 anos de fundação do Lyons Clube Porto Velho-Centro foram destacados em discurso pelo senador Odacir Soares (PFL-RO). Ele lembrou que o Lyons não limita suas atividades à busca exclusiva do lazer de seus associados, mas trabalha para resolver os problemas da comunidade. Por isso, Odacir pediu que constasse dos anais do Senado voto de congratulações à entidade.

Suassuna mostra importância do administrador

Os 30 anos da profissão de Administrador no Brasil foram lembrados em pronunciamento realizado ontem pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Segundo disse, essa profissão adquire especial importância na atual conjuntura nacional em virtude da Reforma Administrativa do Estado a ser submetida ao Congresso.

Suassuna destacou a existência de um contingente de mais de 480 mil profissionais formados no país hoje pelos mais de 380 cursos de administração, que, a cada ano, oferecem 60 mil vagas aos aspirantes à carreira.

Ney Suassuna também registrou que está enviando à Mesa do Senado pedido para realização de sessão oficial destinada a comemorar os 70 anos da Chevrolet no Brasil.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo e Márcia Kalume ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.